

ROSA MARIA DE
ANDRADE NERY

NELSON
NERY JUNIOR

Instituições de
DIREITO CIVIL

FAMÍLIA E SUCESSÕES

2ª edição

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

ESTRUTURA DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	6

PARTE GERAL DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO I – MACROESTRUTURA DE DIREITO DE FAMÍLIA	40
1. O PERFIL CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA.....	42
1.1. O casamento civil. Importância.....	42
1.2. Casamento civil: estrutura de paridade	44
1.3. Família contemporânea. Transição.....	46
1.4. Igualdade de filhos	52
1.5. Instituição do direito de família e solidariedade	54
1.6. Aspecto cultural. Liberdade humana.....	54
1.7. Posição jurídica do sujeito em família. Responsabilidade pelo outro	55
2. O DIREITO DE FAMÍLIA E O SISTEMA DO CC 2002.....	57
2.1. Sistema de direito de família	57
2.2. Os sistemas jurídicos e a experiência humana e social do Homem	58
2.3. Savigny e o sistema jurídico	58
2.4. Direito de família: sistema de segurança e paridade jurídica	59
3. FAMÍLIA COMO SUJEITO DE DIREITOS	60
3.1. Família: sujeito de direito?	60
3.2. Ofensa à família: responsabilidade pelo fato. Responsabilidade objetiva	61
3.3. Conflitos que envolvem entes despersonalizados.....	62
4. O PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA.....	63

4.1.	Ordem pública humanitária.....	63
4.2.	Recepção do pacto de San Jose no Brasil	63
4.3.	Tratados internacionais de direito de família	65
4.4.	Atentados à vida no seio da vida privada	66
4.5.	Família como porto seguro do indivíduo	67
4.6.	Estrutura pessoal e patrimonial da família	68
5.	CONVENÇÃO 169 DA OIT, ART. 2.º DO D 30822/52 E L 2889/56.....	70
5.1.	Subsistência política e social de família como valor.....	70
5.2.	Respeito a costumes de outras etnias.....	71
5.3.	Preservação da cultura dos povos	71
6.	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	74
6.1.	Nova nomenclatura da Lei de Introdução.....	74
6.2.	Extraterritorialidade	74
6.3.	Comandos normativos de Direito Internacional Privado. LINDB.....	75
6.4.	Direito internacional e leis extravagantes.....	76
6.5.	Territorialidade e irretroatividade da lei.....	77
6.6.	Eficácia de negócio ou ato celebrado no estrangeiro	81
6.7.	Famílias estrangeiras em solo brasileiro.....	83
6.8.	Famílias brasileiras em solo estrangeiro.....	84
6.9.	Adoção internacional.....	86
6.10.	Família e imigração	88
7.	LEIS ESPARSAS	89
7.1.	Recepção parcial do sistema de direito de família pela CF/1988.....	89
7.2.	Posição do Estado em face do comando do CF 226 § 3.º.....	90
7.3.	Estatuto das Famílias – PL 2285/07 e PLS 674/07	92
7.4.	Comunidade de afetos.....	92
7.5.	Entidades familiares	93
7.6.	Sentido cultural do termo “família”.....	94
7.7.	Estrutura e desestrutura da ideia de família.....	94
7.8.	Formas novas de família e o acesso aos institutos do direito de família e sucessões.....	95
7.9.	Experiência de doutrina estrangeira.....	96

CAPÍTULO II – O CONTEXTO SOCIOJURÍDICO DA FAMÍLIA	98
8. PROTEÇÃO JURÍDICA E POLÍTICA DA FAMÍLIA.....	99
8.1. Estrutura constitucional de família. Prática jurídica.....	99
8.2. Direito privado e eficácia de segurança das relações de família	101
8.3. Políticas públicas e família	101
8.4. Planejamento familiar.....	102
8.5. Ensino religioso.....	103
9. FAMÍLIA NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO	104
9.1. Proteção política de família	104
9.2. Família e opinião pública	105
9.3. Legitimidade ativa de família para o exercício do direito de ação.....	106
10. PROIBIÇÃO DE PRECONCEITO.....	107
10.1. Liberdade privada	107
10.2. Liberdade individual e legalidade.....	107
10.3. Parcerias homoafetivas	108
10.4. Discriminação preconceituosa.....	111
10.5. Trabalho da mulher	111
10.6. Tradição de família.....	112
10.7. Potência afetiva do ser humano.....	113
CAPÍTULO III – DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DE FAMÍLIA.....	114
11. DIREITO FUNDAMENTAL DE FAMÍLIA	115
11.1. Posições jurídicas atribuídas à pessoa na família pela CF.....	115
11.2. Direitos fundamentais. Direitos originários. Direitos inatos	116
11.3. Personalidade e direito de personalidade	117
11.4. Direitos de humanidade e seus objetos	118
12. A PESSOA NO SEIO DA FAMÍLIA.....	119
12.1. O “aqui” e o “agora” da Vida.....	119
13. COMEÇO E FIM DA EXISTÊNCIA HUMANA.....	120
13.1. Aquisição de personalidade	120
13.1.1. Capacidade de direito.....	120
13.1.2. Capacidade de exercício.....	120

13.1.3. Incapacidade	121
14. HOMENS LIVRES E IGUAIS	121
14.1. Prova legal do fim e do início da personalidade.....	122
15. PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICA	122
15.1. Incapacidade civil absoluta	122
15.1.1. Ato praticado por incapaz	123
15.2. Incapacidade relativa.....	123
15.2.1. Assistência e representação	123
15.3. Cessação da incapacidade	124
15.4. Emancipação legal e emancipação voluntária.....	126
15.4.1. Registro de escritura de emancipação	127
15.5. Capacidade eleitoral.....	127
16. NOME E DOMICÍLIO DA FAMÍLIA.....	127
16.1. Patronímico de família.....	127
16.2. Domicílio da família.....	129
17. DIREITO DO NASCITURO	130
17.1. Ideia de filiação.....	130
17.2. Situações jurídicas de vantagem	132
17.2.1. Sucessão legítima.....	132
17.2.2. Curador do nascituro.....	132
17.3. Natimorto	133
18. NASCER E MORRER COM DIGNIDADE.....	133
18.1. Essência da atividade médica	133
18.2. Eutanásia	134
18.3. Materialismo prático.....	135
18.4. Eutanásia e excesso terapêutico.....	135
18.4.1. O mistério da dor	136
18.4.2. Eutanásia e suicídio	136
19. O ESTUPRO E O ABORTO	136
20. JUSTIÇA PENAL E DIREITO DE FAMÍLIA.....	141
20.1. Relações interpessoais na família, escola, creches, asilos, clínicas e sanatórios.....	141

20.2.	Consequências do “não estar juntos”.....	142
20.3.	Condescendência que prejudica a família	143
21.	PRECONCEITO E VIOLÊNCIA FAMILIAR.....	143
21.1.	Defesa da dignidade humana.....	143
21.2.	Lei Maria da Penha	145
21.3.	Influências positivas e negativas da mídia	146

A FAMÍLIA NO SISTEMA DE DIREITO PRIVADO

CAPÍTULO IV – O DIREITO PRIVADO, A ORDEM PÚBLICA E OS PRINCÍPIOS DE DIREITO DE FAMÍLIA ..	148
22. PRINCÍPIOS DE DIREITO PRIVADO, LIBERDADE PRIVADA E AS CLÁUSULAS GERAIS: VETORES DE CONFIRMAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	150
22.1. Eticidade	150
22.2. Princípios concretizantes	151
22.3. A vida humana.....	152
22.4. Normas de ordem pública.....	153
22.5. A inderrogabilidade da norma privada de ordem pública	154
22.6. Normas de ordem pública interna e de ordem pública internacional	155
22.7. Normas imperativas ou proibitivas	156
22.8. Normas de ordem privada.....	156
22.9. Funcionalidade das normas de ordem pública	157
22.10. O juiz e a funcionalidade do sistema	158
22.11. A igualdade e os mecanismos de estabilização do sistema.....	159
23. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	160
23.1. A pessoa é sujeito de direitos	160
23.1.1. Vida: essencialidade do ser humano	160
23.1.2. A vida e o decálogo bíblico.....	161
24. PRIVACIDADE E INTIMIDADE	164
24.1. Respeito à vida privada.....	164
24.2. A intransmissibilidade dos direitos de personalidade. Análise caso a caso	165
24.3. Espaços de convivência virtuais.....	166
24.4. O conceito de privacidade no mundo virtual	167

25. SOLIDARIEDADE	168
25.1. Proteção da convivência familiar e os institutos de direito de família.....	168
25.2. O risco social	169
25.3. Equilíbrio e boa-fé	169
26. CLÁUSULA GERAL DE AFETIVIDADE.....	170
26.1. Os fatos de Vida e o Direito	170
27. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	171
27.1. Situação privilegiada de crianças e adolescentes.....	171
28. IGUALDADE ENTRE PESSOAS	171
28.1. Homem, mulher e o casamento.....	171
28.2. Salário da mulher.....	173
28.3. Pessoas que não vivem a experiência da dualidade masculino/feminino.....	173
28.4. Igualdade entre filhos	174
28.5. Igualdade entre cônjuges, conviventes e companheiros	174
28.6. Igualdade entre famílias institucionalizadas, ou não	175
29. AUTONOMIA PRIVADA E ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS DE DIREITO DE FAMÍLIA	176
29.1. Fidelidade à expressão do querer humano	176
29.2. Autonomia da vontade e autonomia privada	177
29.3. Iniciativa privada	178
30. IMPUTAÇÃO CIVIL DOS DANOS	178
30.1. Direito e economia. Estrutura patrimonial de família	178
30.2. Prisão civil: exceção	179
30.3. Dever de indenizar	179
30.4. Patrimônio inatingível do devedor	180
30.5. Endividamento excessivo	181
CAPÍTULO V – IDENTIDADE DA PESSOA NA FAMÍLIA	184
31. ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE	185
31.1. Sujeito de direitos. Pessoa	185
31.2. Capacidade	185
31.3. Status	186
31.4. Nome.....	187

31.5.	Domicílio	189
31.6.	Fama	189
32.	ESTADO INDIVIDUAL, FAMILIAR E POLÍTICO.....	190
32.1.	Noção de cidadania.....	190
32.2.	Estado de família.....	190
32.3.	As ações de estado	192
32.4.	Estado individual e estado de família	192
32.5.	Características do estado de família	193
32.6.	Situação de informalidade.....	196
32.7.	Ações declaratórias e constitutivas para esclarecimento do estado da pessoa	196
32.8.	Intervenção do Ministério Público	197
32.9.	Registro civil das pessoas naturais: nascimento, casamento e óbito	198
32.10.	Nascimentos.....	199
32.11.	Casamentos	199
32.12.	Emancipação.....	199
32.13.	Interdição	200
32.14.	Prova legal	201
32.15.	Transexualidade.....	203
CAPÍTULO VI – POSSE DE ESTADO FAMILIAR		206
33.	POSSE DO ESTADO DE CASADO E DE NÃO CASADO	208
34.	POSSE DO ESTADO DE CONVIVENTE E DE NÃO CONVIVENTE.....	208
35.	POSSE DO ESTADO DE FILHO/PAI.....	209
CAPÍTULO VII – NOIVADO E ESPONSAIS		212
36.	ASPECTOS PRELIMINARES	213
36.1.	Promessa de casamento	213
36.2.	Contrato de noivado	215
37.	RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NUBENTES. INDENIZABILIDADE.....	215
37.1.	Promessa de casamento descumprida	215
37.2.	Desfazimento de negócios jurídicos de família.....	216
37.3.	Restituições de coisas doadas.....	216
37.4.	Promessa fraudulenta de casamento.....	217

CAPÍTULO VIII – AGÊNCIAS DE CASAMENTO	218
38. MEDIAÇÃO MATRIMONIAL: A APROXIMAÇÃO QUE GERA UNIÃO ESTÁVEL OU OUTRAS FORMAS DE RELACIONAMENTO HUMANO	219
38.1. Agências de casamento	219
38.2. Corretagem e mediação	220
38.3. Mediação e crime	222
CAPÍTULO IX – NEGÓCIOS ANTENUPCIAIS	224
39. PACTO ANTENUPCIAL	225
39.1. Nulidade do pacto antenupcial	227
40. PACTO ANTENUPCIAL E TÉRMINO DO CASAMENTO	229
41. DOAÇÕES <i>PROPTER NUPTIAS</i>	230
42. CONVENÇÕES CELEBRADAS FORA DO PAÍS	231
43. CONTRATO PRELIMINAR DE CONVIVÊNCIA	231
43.1. Formalidades	233
CAPÍTULO X – CASAMENTO	234
44. CONCEITO	235
44.1. Finalidade do casamento	237
44.2. Consórcio de que pode gerar filhos	238
44.3. Casamento religioso na história recente do Brasil	239
45. CASAMENTO CIVIL E FAMÍLIA INSTITUCIONALIZADA	240
46. CASAMENTO RELIGIOSO, SUA CELEBRAÇÃO E A TRADIÇÃO RELIGIOSA DO POVO	241
47. UMA NÃO RAZÃO PARA O CASAMENTO CIVIL	242
48. RAZÃO PARA O CASAMENTO CIVIL	243
48.1. Igualdade, paridade e não exclusão	244
49. CASAMENTO COMO EXPRESSÃO DA AUTONOMIA PRIVADA	244
49.1. Institucionalização da família por outra forma que não a do casamento civil	245
50. ATO JURÍDICO MATRIMONIAL	246
50.1. Casamento como ato civil	246
50.1.1. Efeitos civis do casamento religioso	247
51. DIVERSIDADE DE SEXO	248
52. REALIDADE DOS QUE NÃO VIVEM A DIFERENÇA DOS SEXOS	249

53. PROVA DO CASAMENTO.....	250
CAPÍTULO XI – HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO.....	252
54. CAPACIDADE PARA CASAR.....	253
55. CASAMENTO DE INCAPAZES	254
56. IDADE NÚBIL.....	256
57. CONCESSÃO DE OUTORGA PARA O CASAMENTO	257
58. IMPEDIMENTOS PARA O CASAMENTO: RAZÃO DE SER	258
59. IMPEDIMENTOS IMPEDIENTES.....	259
60. REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO.....	260
61. HOMOLOGAÇÃO DE HABILITAÇÃO	260
62. CASAMENTO RELIGIOSO, SEUS ASPECTOS E O REGISTRO CIVIL	261
63. FIXAÇÃO DO NOME (APELIDOS) DE FAMÍLIA	263
CAPÍTULO XII – A CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO	266
64. FORMALIDADES PARA A CELEBRAÇÃO	267
65. CELEBRAÇÃO GRATUITA.....	268
66. CASAMENTO <i>IN EXTREMIS</i>	269
67. CASAMENTO POR PROCURAÇÃO.....	271
68. REGISTRO	273
69. REGISTRO DO CASAMENTO DE PESSOA ESTRANGEIRA COM BRASILEIRA.....	274
70. REGISTRO DE CASAMENTO DE ESTRANGEIROS EM SOLO BRASILEIRO	274
CAPÍTULO XIII – DEVERES DOS CÔNJUGES	276
71. SOLIDARIEDADE ENTRE CÔNJUGES	277
72. FIDELIDADE RECÍPROCA.....	277
73. CONVÍVIO CONJUGAL.....	278
74. DOMICÍLIO CONJUGAL	279
75. MÚTUA ASSISTÊNCIA	281
76. OBRIGAÇÃO DE PROVER MEIOS DE SUBSISTÊNCIA DA FAMÍLIA.....	281
77. SUSTENTO, GUARDA E EDUCAÇÃO DOS FILHOS	282
78. ESCALA DE RESPONSABILIDADES	282

CAPÍTULO XIV – CASAMENTO COMO ESPECIAL NEGÓCIO JURÍDICO	284
79. REGIME DE EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DO CASAMENTO	285
79.1. Situação jurídica de família	285
80. ATO NULO E ATO ANULÁVEL. DIFERENÇAS	287
80.1. Matéria de ordem pública	289
81. INVALIDADE DO CASAMENTO	289
81.1. Enfermidade mental do nubente	291
81.1.1. Invalidade relativa	292
81.2. Incapazes, vida social e casamento	292
81.3. Impedimentos relevantes para o casamento	294
82. ANULABILIDADE DO CASAMENTO	295
83. CASAMENTO PUTATIVO E A BOA-FÉ DE UM DOS CÔNJUGES	298
CAPÍTULO XV – FAMÍLIA ESTRUTURADA PELA CONVIVÊNCIA	302
84. SITUAÇÃO JURÍDICA DE FAMÍLIA	303
84.1. Convivência e solidariedade	303
84.2. O não afeto	305
84.3. Desinstitucionalização da família, afetividade e situação jurídica da mulher	305
85. UNIÃO ESTÁVEL	307
85.1. O poder público e a família	308
85.2. Conviventes que não querem se casar	309
85.3. A vontade de se casar na união estável	309
85.3.1. Requisitos para o reconhecimento da união estável	310
85.3.2. União estável putativa	312
85.4. Coabitação	313
85.5. União estável e sucessão legítima	314
85.5.1. Variações hipotéticas	314
85.6. Prescrição do CC 1790	315
86. CONTRATO DE CONVIVÊNCIA	316
86.1. Não é casamento civil	316
86.2. Casamento civil e contrato de convivência	317
86.3. Sociedade empresária e conviventes	319

87. CONCUBINATO.....	320
87.1. Convívio pessoal. Situações que não podem ser convalidadas em casamento	321
87.2. Patrimônio do concubino	322
87.3. Indenização de concubino.....	323
88. PARCERIAS ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO.....	325
88.1. Como analisar a decisão do STF quanto a direitos de homossexuais	327
89. CASAMENTOS CIVIS INVÁLIDOS.....	328
CAPÍTULO XVI – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL E DA SOCIEDADE DE FATO ENTRE COMPANHEIROS, BEM COMO DO VÍNCULO MATRIMONIAL	330
90. PELA MORTE DE UM DOS CÔNJUGES OU CONVIVENTES	331
90.1. Poderes do cônjuge supérstite	333
90.2. Separação de corpos.....	335
90.3. Direito de o cônjuge sobrevivente herdar	336
91. PELA NULIDADE OU ANULAÇÃO DO CASAMENTO	337
92. PELA SEPARAÇÃO JUDICIAL E DE FATO.....	337
92.1. A importância jurídica da separação de fato	338
92.2. Vínculo matrimonial e sociedade conjugal	340
92.3. Separação consensual	340
93. PELO DIVÓRCIO	341
93.1. Divórcio. Pretensão deduzida por ambos os cônjuges	342
93.1.1. Divórcio sem partilha.....	343
93.2. Divórcio. Escritura pública.....	344
93.2.1. Requisitos da escritura pública.....	345
93.2.2. Divórcio consensual (CPC/1973 1120 e CPC 731)	346
93.2.3. O procedimento das ações de família e o Ministério Público	346
93.2.4. Divisão do patrimônio comum	348
93.2.5. Restabelecimento da sociedade – Separados ainda não divorciados.....	348
93.2.6. Divórcio direto	349
94. SEPARAÇÃO DE CORPOS	350
94.1. Separação de fato e separação de corpos.....	350
95. QUANTO À PESSOA DOS CÔNJUGES OU CONVIVENTES.....	351

95.1.	Partilha e condomínio	352
95.2.	Penas aplicáveis ao cônjuge que deu causa ao pedido de separação ou divórcio	352
96.	GUARDA	354
97.	SUSTENTO	356
98.	VISITAS.....	357
98.1.	Membros da família.....	357
98.2.	Parentesco: abrangência do tema	358
CAPÍTULO XVII – SEPARAÇÃO DE FATO		362
99.	VIDA FAMILIAR.....	363
99.1.	Ocorrências múltiplas de fatos de interesse da família	363
99.2.	Secção de patrimônios	364
99.3.	Usucapião urbana por abandono do lar	365
CAPÍTULO XVIII – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITOS DE OBRIGAÇÃO		368
100.	FAMÍLIA COMO COMUNIDADE COM INTERESSE PATRIMONIAL	369
100.1.	Regime patrimonial da família	369
100.2.	Direitos de herdeiros até a partilha	370
100.3.	Restrições negociais à capacidade de casados.....	371
100.4.	Mecanismos de segurança	371
101.	BEM DE FAMÍLIA	372
102.	RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS DE ESCOLAS E DE ENTIDADES DE ABRIGO SOCIAL ..	375
102.1.	Entidades de abrigo.....	375
102.2.	Violência contra internados	376
102.3.	Atuação do Ministério Público	376
102.4.	Proteção social dos idosos e das pessoas com deficiência física e mental	377
103.	RESPONSABILIDADE CIVIL ENTRE CÔNJUGES.....	379
103.1.	A culpa nas relações de família	379
103.2.	Divórcio sem causa declarada.....	380
103.3.	Reparação por danos morais.....	381
103.4.	Casamento anulado e reparação civil.....	381
103.5.	Discussão sobre a causa do divórcio	382

104. A RESPONSABILIDADE CIVIL ASSUMIDA POR PARCERIAS NÃO CONJUGAIS E A MORTE DE UM DE SEUS MEMBROS.....	382
104.1. Pacto civil de solidariedade e responsabilidade.....	382
104.2. Descumprimento de regras.....	383
104.3. Arbítrio maior do julgador.....	384
105. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA E O CÔNJUGE SÓCIO DE SOCIEDADE DE PESSOAS	384
105.1. Empresário casado e responsabilidade civil.....	384
106. SOCIEDADE EMPRESÁRIA ENTRE CÔNJUGES	388
106.1. Separação entre o patrimônio familiar e o da sociedade empresária.....	391
106.1.1.Desconsideração da personalidade jurídica da empresa, novo sistema de direito processual e direito de família.....	392
CAPÍTULO XIX – FILIAÇÃO	394
107. PROCRIAÇÃO.....	395
107.1. Procriação e responsabilidade civil	395
108. CURIOSIDADES DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.....	396
108.1. Filiação biológica e afetiva	397
108.2. Falta de segurança do sistema.....	400
108.3. Situação jurídica do filho.....	402
109. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE	404
109.1. Ação negatória de paternidade no sistema antigo e novo	404
109.2. Inseminação heteróloga. Peculiaridades	407
109.3. Período da concepção de filho.....	408
110. AÇÃO NEGATÓRIA DE RELAÇÃO AVOENGA	409
111. PARENTESCO EM LINHA RETA. PATERNIDADE NATURAL E AFETIVA. EFEITOS JURÍDICOS DA DECLARAÇÃO DE PATERNIDADE.....	410
112. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE FILHO	412
112.1. Pretensão perpétua.....	413
112.2. A origem da filiação. Verdade que interessa ao sujeito	414
113. VÍNCULO DE FILIAÇÃO DECORRENTE DA PROCRIAÇÃO ARTIFICIAL	414
113.1. Novas técnicas.....	414
113.2. Cláusulas gerais e a filiação.....	420

CAPÍTULO XX – INSTITUTOS DE PROTEÇÃO – RELAÇÕES DE CUIDADO	422
114. FAMÍLIA E SUPORTE PARA A SOBREVIVÊNCIA	424
114.1. Capacidade dos membros da família	425
115. PODER FAMILIAR	425
115.1. Expectativa dos cônjuges quanto à segurança dos filhos	425
115.2. Guarda compartilhada	426
115.3. Cuidado com os filhos, após a morte dos pais	428
116. TITULARIDADE DO EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR	429
116.1. Poder familiar	429
117. EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR	430
117.1. Igualdade dos filhos	430
117.2. Dever de obediência.....	431
118. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS E RESPONSÁVEIS POR ATOS DE SEUS PUPILOS.....	432
119. ADMINISTRAÇÃO E USUFRUTO DOS BENS DE FILHOS MENORES	433
120. FIM DO PODER FAMILIAR	434
121. REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA	435
121.1. Representação de filhos	436
121.2. Assistência	437
122. TUTELA	438
122.1. Microsistema jurídico de direito tutelar	438
122.2. Tutor e protutor	439
122.3. Proteção integral do menor	440
122.4. Nomeação de tutor	441
122.5. Mais de um tutor indicado pelos pais	442
122.6. Nomeação por documento autêntico	442
122.7. Curador especial de herança.....	443
122.8. Ordem para nomeação de ascendente tutor	443
122.9. Permanência do menor no mesmo núcleo onde se deu a orfandade	444
122.10. Tutela no ECA	444
122.11. Fiscalização do tutor.....	446
122.12. Nomeação de tutor, praticada pelo juiz.....	447

122.13. Escusa da tutela.....	447
122.13.1. Mulheres casadas.....	448
122.13.2. Pessoas com mais de 60 anos	448
122.13.3. Pessoa com muitos encargos familiares	448
122.13.4. Pessoa doente.....	448
122.13.5. Pessoa que já exerce tutela	449
122.13.6. Militar	449
122.14. Função do tutor.....	449
122.15. Subsistência do menor	450
122.15.1. Recursos pertencentes ao tutelado	451
122.15.2. Fim da tutela	451
122.16. Dever do tutor de prestar contas	451
122.17. Alcance do tutor e saldo contra o tutelado.....	452
122.18. Administração dos bens do menor.....	453
122.19. Tutor idôneo.....	454
122.20. Autoridade tutelar	454
122.21. Tutor provisório	455
122.22. Responsabilidade do juiz.....	455
122.23. Inventário de bem do menor.....	455
122.24. Garantia aos bens do tutelado.....	456
122.25. Mudança do sistema	456
122.26. Relativa autonomia do tutor.....	457
122.27. Atos vedados ao tutor.....	458
122.28. Venda de bens idôneos do tutelado	459
122.28.1. Avaliação judicial	459
122.29. Responsabilidade penal e civil do tutor.....	460
122.30. Remuneração do protutor	460
122.31. Término da tutela	461
122.32. Emancipação do pupilo.....	461
122.33. Tutela e adoção.....	462
122.34. Tutela e capacidade relativa	462

122.35. Escusa legítima da tutela	462
122.36. Destituição e remoção	463
123. CURATELA E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (L 13146, DE 6.7.2015 – EPD)	465
123.1. O processo de interdição e as alterações do CC operadas pelo CPC (L 13105/2015) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (L 13146, de 6.7.2015 – EPD).....	470
124. AUSÊNCIA	479
124.1. Desaparecimento de alguém de seu domicílio	479
124.2. Uso equivocado do termo “ausente”. Hipóteses variadas no sistema	480
124.3. O sentido de “desaparecimento” de pessoa	481
124.4. Morte presumida: muitas situações	482
124.5. Nomeação de curador é ato do juiz.....	482
124.6. Curador que representa os filhos do curatelado, ou não	483
124.7. Cessação do munus do curador	483
124.8. Ação declaratória de ausência e registro.....	484
124.9. Posse dos bens do ausente.....	485
CAPÍTULO XXI – PARENTESCO	488
125. CONCEITO E EFEITOS	489
125.1. Conceituação de parentesco e efeitos gerados	489
125.1.1. Parentesco por outra origem	490
126. IGUALDADE DE FILHOS.....	491
127. EFEITOS PROCESSUAIS DO PARENTESCO	492
128. PARENTESCO NATURAL E CIVIL	493
128.1. Parentesco por afinidade	498
CAPÍTULO XXII – CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES ALIMENTARES	500
129. ASPECTOS DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTAR E SUPERENDIVIDAMENTO	501
130. CARACTERES DO DIREITO A ALIMENTOS	503
131. ALIMENTOS GRAVÍDICOS.....	506
132. NATUREZA JURÍDICA DO VÍNCULO OBRIGACIONAL DE PRESTAR ALIMENTOS.....	507
133. DEVEDOR E CREDOR DE ALIMENTOS	508
134. CESSAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTAR.....	511
135. AÇÃO DE ALIMENTOS.....	512

135.1. Alimentos definitivos e provisórios.....	514
135.2. Alimentos provisionais.....	514
135.3. Execução de alimentos e separação ou divórcio	515
136. A AÇÃO DE ALIMENTOS. O NOVO CPC E A AÇÃO DE ALIMENTOS: INSEGURANÇA PELA AMPLIAÇÃO ASSISTEMÁTICA DO CONCEITO JURÍDICO DE FAMÍLIA E DE PARENTESCO POR DECORRÊNCIA DE MODERNAS TECNOLOGIAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA	516
CAPÍTULO XXIII – REGIME PATRIMONIAL DE FAMÍLIA	528
137. CONDOMÍNIO, COMUNHÃO, SOCIEDADE CIVIL PARTICULAR	529
138. ALTERAÇÃO DO PATRIMÔNIO PESSOAL EM VIRTUDE DO CASAMENTO, DA UNIÃO ESTÁVEL OU DO CONCUBINATO.....	532
139. RELAÇÕES PATRIMONIAIS DOS CÔNJUGES OU COMPANHEIROS ENTRE SI E COM TERCEIROS	534
140. MUTABILIDADE DO REGIME DE BENS DO CASAMENTO	537
140.1. Condutas reiteradas que desmentem as regras do regime de bens.....	539
141. REGIME DE COMUNHÃO DE BENS.....	541
142. REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS	545
143. REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS	548
144. REGIME DE SEPARAÇÃO ABSOLUTA DE BENS.....	551
145. REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS.....	555
CAPÍTULO XXIV – GESTÃO DO PATRIMÔNIO COMUM	558
146. ADMINISTRAÇÃO DE BENS	559
146.1. Especificação do patrimônio	560
146.2. Administração de bens a cargo de apenas um dos cônjuges	561
147. DISPOSIÇÃO DE BENS.....	562
148. RESPONSABILIDADE PELAS DÍVIDAS.....	564
149. CONDOMÍNIO ENTRE CÔNJUGES E SOCIEDADE EMPRESARIAL OCULTA.....	566
150. EXTINÇÃO DO REGIME DE BENS PELA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL – MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS.....	568
151. CÔNJUGE INCAPAZ OU AUSENTE E EXERCÍCIO DE CURATELA PELO OUTRO.....	569
152. BENS SOB O REGIME DA INCOMUNICABILIDADE.....	570
152.1. Bens reservados	575
153. BENS DE USO PROFISSIONAL	576
153.1. Segurança da economia da família.....	580

154. BENS ADQUIRIDOS POR HERANÇA, LEGADO OU DOAÇÃO	581
155. SEGUROS, PENSÕES, RENDAS.....	583

PROJETO DE LEI 6583/2013 – TEXTO SUBSTITUTIVO APROVADO EM 23.9.2015

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	586
--	------------

DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO XXV – DIREITO DE SUCESSÕES. NOÇÕES PRIMEIRAS	592
--	------------

156. INTRODUÇÃO. LINHAS GERAIS.....	593
156.1. Direito de sucessões e direito de família	595
157. ABERTURA DA SUCESSÃO E INSTITUIÇÃO DO HERDEIRO.....	596
158. TRANSMISSÃO DA POSSE E DA PROPRIEDADE AOS HERDEIROS	598
159. SUCESSÃO LEGAL E TESTAMENTÁRIA.....	603
160. A LEGÍTIMA (CC 1789).....	606
161. HERANÇA JACENTE E HERANÇA VACANTE	606
162. TEMPO E LOCAL DA MORTE.....	608

CAPÍTULO XXVI – POSSE E PROPRIEDADE DE HERDEIROS.....	610
--	------------

163. ABERTURA DA SUCESSÃO.....	611
164. PROVA LEGAL DA MORTE.....	612
165. TRANSMISSÃO DE POSSE E PROPRIEDADE DO ACERVO PATRIMONIAL OUTRORA DE TITULARIDADE DO MORTO.....	612
166. POSSE E PROPRIEDADE DOS BENS. TRANSMISSÃO	613
167. CONSEQUÊNCIAS DA <i>SAISINE</i> E ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA	614
168. CAPACIDADE E LEGITIMIDADE PARA ADQUIRIR A HERANÇA.....	615
169. PROIBIÇÃO DA SUCESSÃO PACTÍCIA.....	616

CAPÍTULO XXVII – A HERANÇA E SUA ADMINISTRAÇÃO	618
---	------------

170. SUCESSÃO ABERTA: UNIVERSALIDADE E INDIVISIBILIDADE DA HERANÇA	619
171. ACERVO COMPOSTO DE BENS INDIVISÍVEIS.....	621
172. DÍVIDAS DO MORTO E FORÇA DA HERANÇA.....	621
173. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS.....	622
173.1. Cessão onerosa	624

173.2. Cessão gratuita.....	624
173.3. Herdeiro único, ou não.....	625
173.4. Posição jurídica do cessionário de direitos hereditários	625
174. DIREITO DE PREFERÊNCIA E FORMA DE SEU EXERCÍCIO	626
174.1. Prazo para o exercício do direito de preferência.....	627
175. INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HEREDITÁRIO.....	628
176. ADMINISTRADOR PROVISÓRIO.....	629
177. COMPROMISSO DO INVENTARIANTE	630
CAPÍTULO XXVIII – DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	632
178. CAPACIDADE PARA SUCEDER: QUALIDADE DE HERDEIRO.....	633
178.1. Pessoa por nascer, ou a ser concebida, ou instituída.....	634
178.2. Direito do nascituro e do ainda não concebido à sucessão	636
178.3. Herança e ausência.....	637
178.4. Ausência e curatela.....	637
178.5. Filhos incapazes do ausente	638
179. LEGITIMIDADE PARA SUCEDER	638
180. NULIDADE DA DEIXA EM FAVOR DE PESSOAS NÃO LEGITIMADAS A SUCEDER.....	640
181. OS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO: INDIGNIDADE	640
181.1. Sentença que declara a indignidade	641
181.2. Reabilitação do indigno: expressa e tácita	642
CAPÍTULO XXIX – DA ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA.....	644
182. ACEITAÇÃO (OU ADIÇÃO) DA HERANÇA	645
183. RENÚNCIA (ABDICATIVA) À HERANÇA	647
184. FORMAS DE RENÚNCIA	650
185. NEGÓCIO JURÍDICO DE ALIENAÇÃO (RENÚNCIA TRANSLATIVA, OU RENÚNCIA <i>IN FAVOREM</i>)	650
186. RENÚNCIA FEITA EM FRAUDE CONTRA CREDITORES: INEFICAZ OU INVÁLIDA?	651
187. FALÊNCIA DO ESPÓLIO DO DEVEDOR COMERCIANTE.....	654
CAPÍTULO XXX – PETIÇÃO DE HERANÇA	656
188. AÇÃO PARA RECONHECIMENTO DE DIREITO SUCESSÓRIO	657
188.1. Prazo prescricional.....	658

188.2. Herdeiro aparente e a restituição da herança ou parte dela	659
189. MEDIDAS PREVENTIVAS	659
190. BENS EM PODER DE TERCEIROS.....	659
CAPÍTULO XXXI – DA SUCESSÃO LEGÍTIMA	662
191. DA ORDEM DA SUCESSÃO HEREDITÁRIA: QUESTÃO PRELIMINAR.....	663
191.1. Herdeiros necessários e legítimos	664
191.2. Cônjuge sobrevivente. Regra geral.....	666
191.2.1. A hipótese do CC 1830	667
191.3. Cônjuge sobrevivente. Casamento putativo (CC 1561)	668
191.4. Cônjuge sobrevivente. Hipóteses em que herda.....	668
191.5. Cônjuge herdeiro necessário. Comunhão universal (CC 1667 a 1671).....	670
191.6. Cônjuge herdeiro necessário. Comunhão parcial (CC 1658 a 1666).....	670
191.7. Cônjuge herdeiro necessário. Separação obrigatória (CC 1641).....	670
191.8. Cônjuge herdeiro necessário. Separação convencional (CC 1687 e 1688).....	671
191.9. Cônjuge herdeiro necessário. Participação final nos aquestos (CC 1672 a 1686)	671
191.10. Separação convencional. Crítica e sugestão <i>de lege ferenda</i>	672
191.11. Ascendentes e cônjuge sobrevivente	673
191.12. Companheiro sobrevivente. Posição jurídica do companheiro como herdeiro	673
191.13. Colaterais.....	674
192. DIREITO DE HABITAÇÃO.....	675
193. COMO SE FAZ A DIVISÃO DA HERANÇA ENTRE OS HERDEIROS NECESSÁRIOS NA HIPÓTESE DO CC 1829 I (CC 1832).....	677
194. PARENTESCO EM LINHA RETA, SEUS GRAUS E DIREITO DE REPRESENTAÇÃO.....	678
195. SUCESSÃO DE ASCENDENTES E DE ASCENDENTES E CÔNJUGES	679
CAPÍTULO XXXII – HERDEIROS NECESSÁRIOS E DIREITO DE REPRESENTAÇÃO.....	682
196. HERDEIROS NECESSÁRIOS. POSIÇÃO JURÍDICA DE VANTAGEM DE DESCENDENTES, ASCENDENTES E CÔNJUGE (CC 1845).....	683
197. LEGÍTIMA	685
198. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DA RESERVA.....	685
199. CÁLCULO DA LEGÍTIMA.....	686
199.1. Legítima e prêmio do testamenteiro.....	686

200. CLÁUSULAS RESTRITIVAS.....	686
200.1. Cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade sobre os bens da legítima.....	687
201. RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DE DIREITOS DE HERDEIRO, APOSTAS EM TESTAMENTO	688
202. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO OU DIREITO DE REPRESENTAÇÃO POR ESTIRPE	691
202.1. Sucessão por direito de transmissão.....	691
202.2. Sucessão de colaterais e representação	692
CAPÍTULO XXXIII – SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	694
203. LIBERDADE DE TESTAR E SITUAÇÃO JURÍDICA DE QUEM TENHA HERDEIROS NECESSÁRIOS	695
204. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA E LIMITE À VONTADE DO TESTADOR.....	698
205. CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA ATIVA	699
206. CAPACIDADE (LEGITIMIDADE) TESTAMENTÁRIA PASSIVA.....	702
207. IMPUGNAÇÃO À VALIDADE DO TESTAMENTO.....	702
CAPÍTULO XXXIV – TESTAMENTOS ORDINÁRIOS, TESTAMENTOS ESPECIAIS E CODICILOS.....	704
208. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO (CC 1862 I A III).....	705
208.1. Testamento público. Formalidades.....	705
208.2. Leitura e assinatura do testamento público	706
209. TESTAMENTO CONJUNTO, CONJUNTIVO OU DE MÃO COMUM	709
210. MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO TESTADOR EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	711
211. TESTAMENTO CERRADO	711
212. TESTAMENTO PARTICULAR.....	713
213. CODICILO	714
214. TESTAMENTOS ESPECIAIS.....	715
214.1. Testamento marítimo e aeronáutico.....	716
214.2. Testamento militar.....	716
CAPÍTULO XXXV – DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS.....	718
215. NOMEAÇÃO DE HERDEIRO TESTAMENTÁRIO.....	719
216. DEIXA MODAL, CAUSAL E CONDICIONAL	720
216.1. Ineficácia legal de disposição que imponha termo ao direito de herdeiro	721
217. CLÁUSULAS TESTAMENTÁRIAS QUE SUSCITAM INTERPRETAÇÕES DIVERSAS OU QUE ENCONTRAM NA LEI A FORMA DE SEREM INTERPRETADAS	721

218. A PROVA DA VONTADE DO TESTADOR.....	723
219. INVALIDADE DE DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS.....	724
220. CONVENÇÃO ARBITRAL EM CLÁUSULA TESTAMENTÁRIA.....	724
221. EFICÁCIA DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS.....	727
222. CLÁUSULAS RESTRITIVAS DE DIREITO.....	728
223. SUB-ROGAÇÃO DE CLÁUSULAS RESTRITIVAS.....	729
CAPÍTULO XXXVI – DOS LEGADOS.....	732
224. TITULARIDADE ATUAL DE BENS OBJETO DO LEGADO.....	733
225. LEGADO DE COISA CERTA.....	734
226. LEGADO FEITO POR PESSOA CASADA EM COMUNHÃO DE BENS. COISA CERTA ELEMENTO DE UNIVERSALIDADE (CC/1916 1680).....	735
227. LEGADO MODAL.....	736
228. INVENTÁRIO DE COISAS LEGADAS. PECULIARIDADES.....	737
229. LEGADO, CRÉDITO E DÍVIDA.....	738
230. DOS EFEITOS DO LEGADO E DE SEU PAGAMENTO.....	741
231. REGRAS ALUSIVAS AO CUMPRIMENTO DOS LEGADOS.....	741
232. DA CADUCIDADE DOS LEGADOS.....	743
CAPÍTULO XXXVII – DO DIREITO DE ACRESCEER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS E DAS SUBSTITUIÇÕES.....	746
233. DIREITO DE ACRESCEER.....	747
234. INSTITUIÇÃO CONJUNTA DE HERDEIROS EM QUINHÕES DETERMINADOS.....	748
235. CADUCIDADE DO DIREITO DE ALGUM DOS INSTITUÍDOS CONJUNTAMENTE.....	750
236. SUBSTITUIÇÕES.....	751
237. SUBSTITUIÇÃO VULGAR.....	752
238. SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSÁRIA (OU INDIRETA).....	755
239. ALIENAÇÃO DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	756
240. REGISTRO DO FIDEICOMISSO.....	757
241. CAUÇÃO PRESTADA PELO FIDUCIÁRIO. DIREITOS DO FIDEICOMISSÁRIO.....	758
242. POSIÇÃO JURÍDICA DO FIDEICOMISSÁRIO.....	758
243. FIDEICOMISSO ALÉM DO SEGUNDO GRAU.....	759

CAPÍTULO XXXVIII – DA DESERDAÇÃO	762
244. PRIVAÇÃO DE DIREITO À LEGÍTIMA: NATUREZA JURÍDICA DE PENALIDADE CIVIL	763
245. EXCLUSÃO DA SUCESSÃO E DESERDAÇÃO	764
246. CAUSA PARA A DESERDAÇÃO	764
247. DESERDAÇÃO DE CÔNJUGE	765
248. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO DE HERDEIROS DO EXCLUÍDO	765
249. CONSEQUÊNCIA DE NÃO TER FICADO PROVADA A CAUSA DA DESERDAÇÃO	765
CAPÍTULO XXXIX – REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS	766
250. LESÃO DA LEGÍTIMA	767
250.1. Cálculo da legítima	768
251. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS REDUZIDAS	769
252. DOAÇÕES QUE ULTRAPASSAM A LEGÍTIMA	770
252.1. Direito de exigir colação	772
253. LEGÍTIMA E PATRIMÔNIO SEPARADO	772
254. PLANEJAMENTO FAMILIAR-SUCCESSÓRIO	773
CAPÍTULO XL – DA REVOGAÇÃO E DO ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	776
255. DIREITO DE REVOGAR O TESTAMENTO	777
256. ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	777
CAPÍTULO XLI – DO TESTAMENTEIRO	780
257. TESTAMENTEIRO: OFÍCIO DE REALIZAR O CONTEÚDO DO TESTAMENTO	781
258. NOMEAÇÃO DO TESTAMENTEIRO	782
259. QUEM NÃO PODE SER TESTAMENTEIRO	783
260. FUNÇÕES DO TESTAMENTEIRO	783
261. ATUAÇÃO DO TESTAMENTEIRO NO PROCESSO DE INVENTÁRIO	784
DO PROCESSO E DOS PROCEDIMENTOS DE SUCESSÃO CAUSA MORTIS	
CAPÍTULO XLII – INVENTÁRIO E PARTILHA: SUA NECESSIDADE	788
262. COMUNHÃO GERAL DE BENS DOS HERDEIROS E DIREITO DE PARTILHAR A HERANÇA	789
262.1. Adjudicação, torna da partilha ou venda em hasta pública de bem do acervo	792
263. PARTILHA, INVENTÁRIO E ARROLAMENTO	794
263.1. Herdeiro único e partilha em vida	794

263.2. Partilha fixada pelo testador	794
263.3. Partilha amigável	795
263.3.1. Sobrepartilhas judiciais ou por escritura pública	803
263.4. Partilha judicial/arbitral	804
264. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO <i>CAUSA MORTIS</i>	805
CAPÍTULO XLIII – ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA	808
265. ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA: ADMINISTRADOR PROVISÓRIO	809
266. INVENTARIANTE	810
266.1. Quem pode ser inventariante	810
267. REPRESENTAÇÃO DO ESPÓLIO (CPC 75 VII)	812
CAPÍTULO XLIV – CUIDADOS INICIAIS COM O INVENTÁRIO	814
268. QUEM PODE PEDIR A ABERTURA DO INVENTÁRIO	815
268.1. Legitimidade concorrente para pedir a abertura de inventário	815
269. POR ONDE SE PROCESSA O INVENTÁRIO	817
270. PREPARO	817
271. PRAZO PARA O INÍCIO E PARA A DURAÇÃO DO INVENTÁRIO	818
272. <i>ITER</i> PROCEDIMENTAL DO INVENTÁRIO	819
273. QUESTÕES QUE DEVEM SER DIRIMIDAS PELAS VIAS ORDINÁRIAS	820
CAPÍTULO XLV – CUIDADOS INICIAIS COM O INVENTÁRIO NÃO JUDICIAL	824
274. INVENTÁRIO E PARTILHA AMIGÁVEL JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL. OPÇÃO DE HERDEIROS CAPAZES.	825
275. ADVOGADO	826
276. GRATUIDADE DOS ATOS NOTARIAIS	826
277. INVENTÁRIO POR ESCRITURA PÚBLICA E DIREITOS DE TERCEIROS. FRAUDE CONTRA CREDORES E FRAUDE DE EXECUÇÃO	827
278. ESCRITURA PÚBLICA. BENS SITUADOS NO ESTRANGEIRO	827
279. INVENTÁRIO NEGATIVO	828
CAPÍTULO XLVI – GESTÃO DO INVENTARIANTE	830
280. FUNÇÕES DO INVENTARIANTE	831
281. VALIDADE DOS ATOS DO INVENTARIANTE	832
282. PRIMEIRAS DECLARAÇÕES	833

283. REMOÇÃO DE INVENTARIANTE.....	833
284. CAUSAS PARA A REMOÇÃO FUNDADA DO INVENTARIANTE	834
285. REMOÇÃO DE INVENTARIANTE <i>EX OFFICIO</i> E <i>AD NUTUM</i>	835
286. REMOÇÃO DE INVENTARIANTE <i>EX OFFICIO</i> OU REQUERIDA COM FUNDAMENTO NO CPC 622 E INCISOS, OU POR OUTRA CAUSA REVELADA.....	835
287. NOMEAÇÃO DE OUTRO INVENTARIANTE E TRANSFERÊNCIA DO ACERVO PARA SEUS CUIDADOS	836
288. SONEGADOS. MOMENTO EM QUE SE PODE ARGUIR A SONEGAÇÃO CONTRA O INVENTARIANTE	837
CAPÍTULO XLVII – MANIFESTAÇÃO DAS PARTES SOBRE AS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES	840
289. REGULARIDADE DO CHAMAMENTO DE HERDEIROS, LEGATÁRIOS E INTERESSADOS	841
290. EFICÁCIA DA CITAÇÃO	842
291. ALEGAÇÕES DOS INTERESSADOS SOBRE OUTROS PONTOS DE INTERESSE PROCESSUAL.....	842
292. SONEGAÇÃO DE BENS NAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES	842
293. INTERESSADO PRETERIDO. MEIOS DE DEFESA DE SEUS INTERESSES	843
294. INFORMAÇÕES DA FAZENDA PÚBLICA	844
295. AVALIAÇÃO DE BENS PARA O CÁLCULO DE IMPOSTO	845
296. ENTREGA DO LAUDO DE AVALIAÇÃO E ÚLTIMAS INFORMAÇÕES.....	845
CAPÍTULO XLVIII – DAS COLAÇÕES	848
297. COLAÇÃO E PARTILHA EM VIDA	849
298. HERDEIRO OBRIGADO À COLAÇÃO: PROVIDÊNCIAS NO PROCESSO DE INVENTÁRIO.....	850
299. BENS SUJEITOS À COLAÇÃO	851
300. RENÚNCIA OU EXCLUSÃO DE HERDEIROS.....	852
301. DECISÃO SOBRE A NEGATIVA DE COLAÇÃO	853
302. NÃO APRESENTAÇÃO DOS BENS A SEREM SUBMETIDOS À COLAÇÃO	853
CAPÍTULO XLIX – DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS	854
303. DÍVIDA DO FALECIDO E ENCARGOS DA HERANÇA	855
304. HABILITAÇÃO DO CREDOR E PAGAMENTO DE DÍVIDAS DA MASSA.....	857
305. PROVA DA OBRIGAÇÃO E GARANTIA DOS CREDORES	857
306. ADJUDICAÇÃO DE BEM EM FAVOR DO CREDOR.....	860
307. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DÍVIDA DO ESPÓLIO	860
308. DÍVIDAS E HERANÇA DIVIDIDA EM LEGADOS	861
309. DÍVIDAS DE HERDEIRO	861

CAPÍTULO L – PARTILHA	862
310. PRINCÍPIOS QUE REGEM A PARTILHA	863
311. PEDIDO DE QUINHÃO	865
311.1. Uso e fruição provisória de bem da herança, com exclusividade, por específico herdeiro	866
311.2. Nascituro e direito de sucessão	867
311.3. Posse em nome do nascituro	867
311.4. Alimentos gravídicos: sua garantia	868
312. FORMALIDADES DA PARTILHA	868
312.1. O esboço de partilha e a manifestação dos interessados	868
313. O CRÉDITO FAZENDÁRIO E A SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DA PARTILHA	870
314. SENTENÇA DE PARTILHA, FORMAL DE PARTILHA E CERTIDÃO DO PAGAMENTO DO QUINHÃO	870
315. CUMULAÇÃO DE INVENTÁRIOS PARA PARTILHA	871
316. RESCISÃO DA PARTILHA JULGADA POR SENTENÇA E ANULAÇÃO DA PARTILHA AMIGÁVEL	872
CAPÍTULO LI – ARROLAMENTO	874
317. BENS DE VALOR REDUZIDO	875
318. ACORDO QUANTO À DESCRIÇÃO DE BENS	876
319. EXISTÊNCIA DE HERDEIROS MENORES	877
CAPÍTULO LII – SONEGADOS E COLAÇÃO	878
320. DUAS DIFERENTES HIPÓTESES DE SONEGAÇÃO	879
321. AÇÃO DE SONEGADOS E PENA CIVIL	880
322. QUEM ESTÁ OBRIGADO À COLAÇÃO	881
323. ADIANTAMENTO DA LEGÍTIMA	882
324. DOAÇÕES RECÍPROCAS NO REGIME DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS	883
325. BEM DOADO. DOAÇÃO VÁLIDA	883
326. DISPENSA DA COLAÇÃO	884
CAPÍTULO LIII – DIREITO DE HERDEIRO APÓS A PARTILHA	886
327. RESPONSABILIDADE PROPORCIONAL E RECÍPROCA DOS HERDEIROS PELA EVIÇÃO	887
CAPÍTULO LIV – TRÂMITE PROCESSUAL DA ARRECAÇÃO DA HERANÇA JACENTE	890
328. CASOS DE JACÊNCIA DA HERANÇA	891
329. O AUTOR DA HERANÇA MORREU DEIXANDO TESTAMENTO: CC/34666 1592	892

330. COMPETÊNCIA.....	892
331. ARRECADAÇÃO	893
332. SOCIEDADE DE FATO ENTRE COMPANHEIROS	893
333. CURADOR DA HERANÇA JACENTE	893
334. ENTREGA DA HERANÇA A SUCESSOR LEGALMENTE HABILITADO	893
335. DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA.....	893
336. SUCESSÃO NA HERANÇA VACANTE.....	894
337. REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO	894
338. COMPLEMENTAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	894
339. ARROLAMENTO DOS BENS.....	895
340. ARRECADAÇÃO POR PRECATÓRIA	896
341. DIVULGAÇÃO DA ARRECADAÇÃO.....	896
342. CESSAÇÃO DA JACÊNCIA DA HERANÇA.....	897
343. HERANÇA JACENTE E VACANTE PODE SER PARTE	897
344. CONSERVAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA MASSA	897
345. SENTENÇA DE VACÂNCIA	898
346. ATUAÇÃO DO CURADOR.....	898
347. PRETENSÃO DE CÔNJUGES/COMPANHEIROS, HERDEIROS E CREDORES.....	898
348. TERMO FINAL PARA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS.....	898
349. HABILITAÇÃO EXTEMPORÂNEA.....	899
350. MOMENTO E FORMA PROCESSUAL DO EXERCÍCIO DE DIREITOS PELOS INTERESSADOS	899
351. DEPOIS DA TRANSMISSÃO DO DOMÍNIO (CC 1822)	899
CAPÍTULO LV – BENS DE AUSENTE E COISAS VAGAS	900
352. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA.....	901
353. SENTENÇA DE DECLARAÇÃO.....	901
354. ARRECADAÇÃO DE BENS	902
355. SUCESSÃO PROVISÓRIA.....	902
356. COISAS VAGAS	903

BIBLIOGRAFIA	904
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	950
ÍNDICE LEGISLATIVO	990
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1000